



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 697581 - GO (2021/0315424-2)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ----
ADVOGADO : MURILO VINHAL RODRIGUES - GO040377
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : ----
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

EMENTA

HABEAS CORPUS. PENAL. PLEITO DE TRANCAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL E NULIDADE DAS MEDIDAS CAUTELARES. POSTERIOR OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. ATIPICIDADE DA CONDUTA QUE INICIOU A INVESTIGAÇÃO. CONSEQUENTE NULIDADE DA BUSCA E APREENSÃO E ACESSO AOS DADOS, BEM COMO DA SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA. ACOHIMENTO DO PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. ORDEM CONCEDIDA.

1. Espécie em que a Autoridade Policial – após boletim de ocorrência formalizado por suposto destinatário de trabalho espiritual visando à morte de várias autoridades atuantes no Município de São Simão/GO (fl. 61) – representou "*pela busca e apreensão e quebra de sigilo telefônico/telemático por extração de dados em dispositivos móveis*" (fl. 47), antevendo a possível prática do delito previsto no art. 147 do Código Penal. Com manifestação favorável do Ministério Público estadual, o Juízo de Direito da Comarca de São Simão/GO deferiu a medida de busca e apreensão, autorizando "*o acesso aos dados constantes no(s) aparelho(s) celular(es) eventualmente apreendido(s) na posse da Investigada*" (fl. 93). Efetivada a busca e apreensão dos dispositivos móveis, e analisados os dados neles constantes, "*foram encontradas, além de fotos das vítimas das ameaças narradas anteriormente, fotografias pornográficas envolvendo M.O.N.*".

2. O trancamento do inquérito policial ou da ação penal pela via do *habeas corpus* é medida de exceção, que só é admissível quando emerge dos autos, **de forma inequívoca**, a ausência de autoria e materialidade, a atipicidade da conduta ou a incidência de causa extintiva da punibilidade. No caso, a controvérsia posta neste *writ* prescinde de profunda incursão probatória, demandando, tão somente, **a apreciação da representação da autoridade policial e da denúncia que se seguiu**.

3. O delito de ameaça somente pode ser cometido dolosamente, ou seja, **deve estar configurada a intenção do agente de provocar medo na vítima**. Na hipótese dos autos, a representação policial e a peça acusatória deixaram de apontar conduta da Paciente direcionada a causar temor nas vítimas, uma vez que não há no caderno processual nenhum indício de que a profissional contratada para realizar o trabalho espiritual procurou um dos ofendidos, **a mando da Paciente, com o propósito de atemorizá-los. Não houve nenhuma menção a respeito da intenção da Ré em infundir temor**, mas tão somente foi narrada a contratação de trabalho espiritual visando a "*eliminar diversas pessoas*".

4. De toda forma, o tipo penal, ao definir o delito de ameaça, descreve que o **mal prometido deve ser injusto e grave**, ou seja, **deve ser sério e verossímil**. A ameaça, portanto, **deve ter potencialidade de concretização, sob a perspectiva da ciência e do homem médio**, situação também não demonstrada no caso.

5. Diante das circunstâncias dos autos, a instauração do inquérito policial, e as medidas cautelares determinadas, bem como a ação penal, porquanto baseadas em fato atípico (ameaça), são nulas, e conseqüentemente a imputação pela prática do crime previsto no art. 241-B, c.c. o art. 241-E, ambos da Lei n. 8.069/1990.

6. Ordem de *habeas corpus* concedida para, acolhido o parecer do Ministério Público Federal, trancar a ação penal ajuizada em desfavor da Paciente, com anulação do inquérito policial e **das medidas de busca e apreensão, quebra do sigilo telefônico e suspensão do exercício das funções públicas**.

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ----- contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás proferido no HC n.º 5420697-94.2021.8.09.0173.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau, após representação da Autoridade Policial, deferiu a busca e apreensão na residência da Paciente – então ocupante do cargo de Secretária de Saúde do Município de São Simão/GO – em razão do inquérito policial instaurado para averiguar a prática de delito, porquanto "*teria contratado uma mulher que supostamente exerce a função de 'macumbeira', com o intuito de que esta efetuasse 'rituais' visando a morte do Promotor de Justiça atuante nesta comarca, Dr. -----; do presidente da Câmara de Vereadores, Sr. -----; de um repórter investigativo conhecido como -----; da própria Autoridade peticionante, bem como de outras figuras desta cidade*" (fl. 88).

Seguiu-se a impetração do *writ* perante o Tribunal estadual, cuja ordem foi denegada nos termos do acórdão assim ementado (fls. 196-197):

"HABEAS CORPUS. PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO. CAUTELAR PROBATÓRIA. DECISÃO FUNDAMENTADA. NECESSIDADE. TRANCAMENTO DO INSTRUMENTO INQUISITIVO. DESCABIMENTO. SUSPEIÇÃO DE DELEGADO DE POLÍCIA. NÃO COMPORTABILIDADE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE.

I - Não expõe ilegalidade, a decisão de medidas cautelares probatórias em desfavor da paciente, em proveito da investigação envolvendo a prática de constrangimento ilegal vitimando Promotor de Justiça, Delegado de Polícia, Presidente da Câmara de Vereadores e repórter, a necessidade da providência, em proveito do procedimento inquisitivo em curso.

II - A existência de fato com feição penal envolvendo a suposta atuação da paciente em constrangimento ilegal contra diversas autoridades, expõe justa causa para a instauração do inquérito policial, a coleta de elementos informativos, inviabilizando o trancamento por habeas corpus, que admite a solução em hipótese de patente atipicidade da conduta, causa extintiva da punibilidade ou evidente inocência.

III - O habeas corpus não se presta a reconhecer a suspeição do Delegado de Polícia que instaurou instrumento investigatório contra a paciente, a análise da questão demanda dilação probatória, o que refoge do âmbito estreito da ação mandamental, devendo ser examinada em procedimento próprio.

ORDEM DENEGADA."

No presente *habeas corpus*, alega-se que não há como se iniciar uma investigação contra uma pessoa diante de notícia de que "*houve um pedido de trabalho espiritual, e a partir de então presumidamente dispor que essa pessoa também estaria disposta a contratar pistoleiros? Aquisição de armas? Evidente a exigência de prova diabólica, presumir o inexistente, e solicitar a prova em contrário para a Paciente*" (fl. 10).

Requer-se, liminarmente e no mérito, seja declarada a nulidade do inquérito policial, com determinação de que as provas ilícitas, e as ilícitas por derivação, sejam desentranhas e destruídas, "*e de igual forma impedidas de serem utilizadas em desfavor da Paciente*" (fl. 15).

O pedido liminar foi indeferido (fls. 207-209).

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pela concessão da ordem de *habeas corpus* de ofício para trancar a ação penal, com anulação do inquérito e das medidas de busca e apreensão, quebra do sigilo telefônico e de suspensão do exercício das funções públicas; com recomendação de expedição de ofício às Corregedorias da Polícia Civil e do Ministério Público do Estado de Goiás para apuração de eventual infração disciplinar (fls. 410-419).

É o relatório.

VOTO

Conforme as informações prestadas pelo Juízo de primeiro grau, com base no inquérito policial que se busca o trancamento, a Paciente foi denunciada como incurso nos crimes previstos nos arts. 147, *caput*, do Código Penal (por sete vezes); e 241-B, *caput*, c.c. o art. 241-E, ambos da Lei n. 8.069/1990.

Segundo a peça acusatória (fls. 266-271; grifos diversos do original):

"Consta dos autos que, por volta do dia 20 de julho de 2021, em horários incertos, no município de São Simão-GO, a denunciada ----, de forma livre, consciente e voluntária, ameaçou, por gestos e outros meios simbólicos, de causar mal injusto e grave aos ofendidos ----.

Apurou-se, ainda, que, no ano de 2021, em horário incerto, também no município de São Simão-GO, a denunciada ----, de forma livre, consciente e voluntária, armazenou, em seu aparelho celular, fotografia contendo cena pornográfica envolvendo a então adolescente M. O. N, nascida em 17/02/2000 e menor de idade à época dos registros.

2. EXPOSIÇÃO DOS FATOS CRIMINOSOS, COM TODAS AS SUAS CIRCUNSTÂNCIAS

2.1. AMEAÇAS EM CONCURSO FORMAL IMPRÓPRIO

Consta dos autos que ---- era Secretária de Saúde do Município de São Simão-GO ao tempo dos fatos, tendo sido nomeada por ato discricionário do Prefeito ----, que também é seu tio, para ocupar o referido cargo comissionado no governo iniciado em 2021.

Ocorre que, no mês de julho de 2021, o Ministério Público do Estado de Goiás, por intermédio da Promotoria de Justiça de São Simão-GO, deflagrou procedimento investigatório em face de ----, diante do recebimento de robustos

elementos de convicção dando conta da prática de diversos crimes contra a dignidade sexual de menores. No bojo do referido procedimento, foi decretada a prisão preventiva do gestor, que posteriormente foi denunciado nos autos da ação penal nº 5412533-43.2021.8.09.0173.

----- não se conformou com o avanço das investigações, pois estava receosa quanto ao futuro do tio e chefe, até mesmo porque sua manutenção no cargo de Secretária de Saúde dependeria da estabilidade de ----- à frente da Prefeitura de São Simão-GO. Nesse contexto, a denunciada praticou condutas dolosas, resultantes de desígnios autônomos, tendentes a prejudicar e ameaçar todas as pessoas que, na sua visão e por diferentes razões, estariam atuando contra os interesses do Prefeito.

Assim, a denunciada -----, por volta do dia 20 de julho de 2021, em horários incertos, no município de São Simão-GO, procurou -----, vulgo -----, com o fim de contratá-la para realizar um 'trabalho' visando eliminar diversas pessoas, entre elas os ofendidos -----, de forma a intimidá-los e prejudicá-los, criando um contexto evidentemente ameaçador.

Na ocasião, ----- esclareceu que a contratação visava obstar a investigação presidida pelo Promotor de Justiça de São Simão-GO, -----, bem como pagou a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) à -----, a fim de que fossem adquiridos diversos objetos utilizados no ritual de cunho religioso, como 'cabeças de cera', pequenos caixões e um 'boneco Vodou'.

Após a aquisição dos objetos, por meio de gestos e meios simbólicos ameaçadores, ----- se apoderou do 'boneco de Vodou' e nele escreveu o nome das vítimas, inserindo-o em um dos pequenos caixões, a fim de simbolizar a morte dos envolvidos.

Prosseguindo com a criação do contexto de terror, ----- guardou as 'cabeças de cera', em gesto e meio simbólico representativo de que as cabeças das vítimas deveriam ser 'arrancadas' de seus corpos, relacionando seus nomes em folhas de papel.

----- entrou em contato com ----- por mais de uma vez, enviando fotos das vítimas e confirmando que faria o que fosse necessário para prejudicá-las, sendo certo que um dos contatos ocorreu durante o depoimento da testemunha à autoridade policial, ocasião em que a denunciada deixou clara a vontade de causar-lhes mal injusto e grave.

Tão logo as condutas praticadas por ----- se tornaram públicas, várias vítimas se sentiram ameaçadas, não apenas em razão dos gestos e meios simbólicos utilizados como forma de ameaçá-las de causar-lhes mal injusto e grave, mas também diante do fato de que uma pessoa com grande poder político e econômico no município de São Simão-GO estaria disposta a empregar recursos financeiros para colocar a saúde física e mental de todos em risco, situação mais que suficiente a inserir os envolvidos em um contexto de terror.

Nesse sentido, a promessa de mal espiritual efetuada por ----- se mostrou idônea a ameaçar diversos ofendidos residentes em São Simão-GO, cidade do interior de Goiás com população notadamente religiosa, sendo este um traço marcante da cultura local.

Mas para além da promessa de mal espiritual, o contexto de terror criado por -----, por gestos e meios simbólicos, perturbou gravemente a tranquilidade de diversas vítimas em face do temor de que as ameaças pudessem ser concretizadas por outros meios mais gravosos. Sobre este ponto, nota-se que a denunciada, na condição de Secretária de Saúde, é a gestora municipal do Sistema Único de Saúde, exercendo poder hierárquico sobre servidores responsáveis pelo atendimento à população local, incluindo alguns dos ofendidos, os quais passaram a temer a utilização das unidades de saúde de São Simão-GO.

Desse modo, os ofendidos ----- compareceram à Delegacia de Polícia e representaram criminalmente em face das condutas praticadas por -----, na medida em que todos eles declararam que se sentiram ameaçados pelo contexto de terror criado pela denunciada, ensejando abalos psicológicos e constrangimentos.

Por fim, destaca-se que a materialidade e os indícios de autoria exsurtem dos elementos de informação colhidos no bojo do inquérito policial (ev. 1), como o depoimento da testemunha ----- (fls. 12-13), as declarações das vítimas (fls. 8-9, 44, 46, 62, 64, 65 e 81), os objetos recolhidos na residência de ----- (autos de exibição de apreensão à fls. 15 e 28), as imagens, áudios e vídeos extraídos do aplicativo WhatsApp (fls. 23-25, 29, 30, 49-60) e o relatório de análise de aparelho celular (fls. 72-76).

2.2. ARMAZENAMENTO DE REGISTRO CONTENDO CENA PORNOGRÁFICA ENVOLVENDO ADOLESCENTE

No decurso das investigações dos crimes narrados no tópico anterior, em diligência de busca e apreensão, com prévia autorização judicial, a autoridade policial apreendeu o aparelho telefônico de -----.

E, após análise do conteúdo do material apreendido, foram encontradas, além de fotos das vítimas das ameaças narradas anteriormente, fotografias pornográficas envolvendo M. O. N, adolescente quando da data dos registros, armazenadas no aparelho telefônico de -----. *Nas fotografias, observa-se situação em que a adolescente exibia seus órgãos genitais para fins primordialmente sexuais.*

Ouvida pela autoridade policial, a vítima se reconheceu nas fotografias, confirmando que os registros foram realizados quando ainda era adolescente, aduzindo, ainda, que o armazenamento e a divulgação do material poderiam ter relação com uma de suas postagens em suas redes sociais, na qual comemorou a prisão do Prefeito de São Simão-GO, -----. *Por fim, destaca-se que a materialidade e os indícios de autoria exsurtem dos elementos de informação colhidos no bojo do inquérito policial (ev. 1), como as declarações da vítima (fls.99-101), as fotografias encontradas no aparelho celular da denunciada (auto de exibição de apreensão à fl. 43) e os relatórios de análise de aparelho celular (fls. 72-76) e de investigação policial (fls. 93-97).*

3. CAPITULAÇÃO JURÍDICA DOS FATOS

Agindo assim, a denunciada -----, à luz do artigo 69 do Código Penal (cúmulo material), praticou os seguintes crimes:

- Artigo 147, caput (ameaça), sete vezes, nos termos do artigo 70, parte final (concurso formal impróprio), ambos do Código Penal;

- Artigo 241-B, caput (armazenamento de fotografia que contenha cena pornográfica envolvendo adolescente), combinado com artigo 241-E, ambos do Estatuto da Criança e do Adolescente."

A denúncia foi recebida pelo Magistrado de primeiro grau (fls. 259-264). Na oportunidade, foi determinada a suspensão da Denunciada do exercício de sua função pública de Secretária de Saúde "que ocupa junto à Prefeitura Municipal de São Simão/GO" (fl. 263).

Sob a alegação de ausência de justa causa para a investigação criminal, e em consequência das diligências nela praticadas, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual, que denegou a ordem à base da seguinte motivação (fls. 190-194):

"O procedimento investigatório em desfavor da paciente objetiva esclarecer delação de que teria contratado os serviços de uma 'macumbeira' para que providenciasse, mediante 'rituais de magia negra', a morte do Delegado de Polícia, do Promotor de Justiça, do Presidente da Câmara de Vereadores e de um repórter, desafetos de familiar, o Prefeito do Município de São Simão, afastado do cargo, concedidas cautelares, para a averiguação de fatos que configurariam constrangimento ilegal, comportamento com feição penal, demandando aprofundamento.

Não expõe ilegalidade, a decisão de medidas cautelares probatórias em desfavor da paciente, em proveito da investigação envolvendo a prática de

constrangimento ilegal vitimando Promotor de Justiça, Delegado de Polícia, Presidente da Câmara de Vereadores e repórter, a necessidade da providência, em proveito do procedimento inquisitivo em curso.

[...]

A ausência de justa causa para o inquérito policial em desfavor da paciente, objetivando o seu trancamento, ao argumento de que despido de prova da materialidade e da autoria, existente delação da suposta participação no planejamento e ameaça contra a vida de autoridades, constrangendo-as, em fase de colheita de elementos de convicção, devendo prosseguir no aprofundamento dos fatos, prematuro o encerramento do instrumento investigatório.

A existência de fato com feição penal envolvendo a suposta atuação da paciente em constrangimento ilegal contra diversas autoridades, expõe justa causa para a instauração do inquérito policial, a coleta de elementos informativos, inviabilizando o trancamento por habeas corpus, que admite a solução em hipótese de patente atipicidade da conduta, causa extintiva da punibilidade ou evidente inocência.

[...]

O habeas corpus não se presta a reconhecer a suspeição do Delegado de Polícia que instaurou instrumento investigatório contra a paciente, a análise da questão demanda dilação probatória, o que refoge do âmbito estreito da ação mandamental, devendo ser examinada em procedimento próprio."

Consta dos autos que a Autoridade Policial – após boletim de ocorrência formalizado por ----, que noticiou que -----havia sido contratada pela Paciente para realizar um trabalho espiritual visando à morte de várias autoridades atuantes no Município de São Simão/GO (fl. 61) – representou "*pela busca e apreensão e quebra de sigilo telefônico/telemático por extração de dados em dispositivos móveis*" (fl. 47), antevendo a possível prática do delito previsto no art. 147 do Código Penal. Com manifestação favorável do Ministério Público estadual, o Juízo de Direito da Comarca de São Simão/GO deferiu a medida de busca e apreensão, autorizando "*o acesso aos dados constantes no (s) aparelho (s) celular (es) eventualmente apreendido (s) na posse da Investigada*" (fl. 93).

Efetivada a busca e apreensão dos dispositivos móveis, e analisados os dados neles constantes, "*foram encontradas, além de fotos das vítimas das ameaças narradas anteriormente, fotografias pornográficas envolvendo M.O.N.*".

Pois bem. Sabe-se que o trancamento do inquérito policial ou da ação penal pela via do *habeas corpus* é medida de exceção, que só é admissível quando emerge dos autos, **de forma inequívoca**, a ausência de autoria e materialidade, a atipicidade da conduta ou a incidência de causa extintiva da punibilidade.

No caso, a controvérsia posta neste *writ* prescinde de profunda incursão probatória, demandando, tão somente, **a apreciação da representação da autoridade policial e da denúncia que se seguiu.**

Dispõe o art. 147 do Código Penal:

*"Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:
Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.*

Parágrafo único - Somente se procede mediante representação."

Sobre o tipo penal, ressalto que o delito somente pode ser cometido dolosamente, ou seja, **com a intenção de provocar medo na vítima**. Em outras palavras, deve estar caracterizado o intento do agente em infundir temor no destinatário.

Na hipótese dos autos, a representação policial e a peça acusatória deixaram de apontar a conduta da Paciente direcionada a causar temor nas vítimas, uma vez que não há no caderno processual nenhum indício de que a profissional contratada para realizar o trabalho espiritual procurou um dos ofendidos **a mando da Paciente, com o propósito de atemorizá-los. Não houve nenhuma menção a respeito da intenção da Ré em infundir temor**, mas tão somente foi narrada a contratação de trabalho espiritual visando a "*eliminar diversas pessoas*".

Como ressaltado pelo *Parquet* federal, dos elementos colhidos **não ficou demonstrado que a Paciente, ora Ré:**

"teve a vontade livre e consciente de intimidar os ofendidos: a conduta dela consistiu em contratar uma 'profissional especializada' que trabalha com esse tipo serviço – que se pode denominar de metafísico -, a fim de que fosse causado mal grave e injusto aos ofendidos. Restá claro que ela esperava que a profissional mantivesse o sigilo, o que, contra sua vontade, não ocorreu. Não há, portanto, o dolo de ameaça, dirigida, direta ou indiretamente, aos ofendidos, como exige a objetividade jurídica do tipo penal, sob pena de, em não se levando em conta tal fator, adotar-se a configuração de responsabilidade penal objetiva na espécie.

Assim, por mais reprovável que tenha sido a atitude da Paciente do ponto de vista moral, especialmente por ela ocupar à época o cargo de Secretária de Saúde do Município de São Simão, em Goiás, a conduta descrita é irrelevante no âmbito penal.

Dessa forma, para além do trancamento da ação penal, a instauração do inquérito policial e todas as medidas cautelares que dele se originaram, com obtenção de provas (medidas de busca e apreensão domiciliar e quebra de dados telefônicos), baseadas em fato atípico, são nulas, atingindo, irremediavelmente, a imputação pelo crime previsto no art.241-B e 241-E, do ECA.

Vale o registro que o caso causa perplexidade, pois, as circunstâncias fáticas e jurídicas existentes à época, se analisadas com a frieza e equilíbrio necessários, não permitiriam a instauração de inquérito policial nem quicá as gravosas medidas de busca e apreensão domiciliar, quebra do sigilo telefônico e suspensão do exercício das funções públicas."

De toda forma, ressalto que o tipo penal, ao definir o delito de ameaça, descreve que o **mal prometido deve ser injusto e grave**, ou seja, **deve ser sério e verossímil**. A esse respeito, leciona Guilherme de Souza Nucci:

*"[I] nexite ameaça quando o mal anunciado é improvável, isto é, liga-se a **crendices, sortilégios e fatos impossíveis de demonstrar cientificamente**. Por outro lado, é indispensável que o ofendido com efetividade se sinta ameaçado, acreditando que algo de mal lhe pode acontecer; por pior que seja a intimidação, se ela não for levada a sério pelo destinatário, de modo a abalar-lhe a tranquilidade de espírito e a sensação de segurança e liberdade, não se pode ter por configurada a infração penal. Afinal, o bem jurídico protegido não foi abalado." (in, Código Penal Comentado, 22.^a edição, Forense, p. 783.)*

A ameaça, portanto, **deve ter potencialidade de concretização, sob a perspectiva da ciência e do homem médio**, situação também não demonstrada no caso.

Diante do contexto acima narrado, a instauração do inquérito policial, e as medidas cautelares determinadas, bem como a ação penal, porquanto baseadas em fato atípico (ameaça), são nulas, e conseqüentemente a imputação pela prática do crime previsto no art. 241-B, c.c. o art. 241-E, ambos da Lei n. 8.069/1990.

Ante o exposto, CONCEDO a ordem de *habeas corpus* para, acolhido o parecer do Ministério Público Federal, trancar a ação penal ajuizada em desfavor da Paciente, com anulação do inquérito policial e **das medidas de busca e apreensão, quebra do sigilo telefônico e suspensão do exercício das funções públicas**.

É o voto.